



Na foto, compõem a Mesa, Graça Machado, Paulo Lima, Carlos Trigueiro e Isa Musa

Encontro Nac. de Assoc. de Aposentados BB

Reunindo representantes das principais entidades que congregam aposentados BB, nossa associação promoveu, na AABB-Rio, a discussão da proposta de reformulação estatutária da CASSI, presentes, também, recém-eleitos no pleito à Caixa de Assistência. Leia página 3.

Não à Proposta de Reestruturação

Discordantes da proposta apresentada pelo Banco para resolver problemas na CASSI, que ele mesmo criou, FAABB e AAPBB solicitaram participação de representante dos aposentados nas negociações e obtiveram, em resposta, uma contundente, equivocada, cheia de contradições e nada institucional negativa. Detalhes na página 4.

As PPPs Voltaram

O governo voltou ao ataque, retomando o cerco a nosso patrimônio, indiferente a sua destinação específica, qual seja complementar aposentadorias com reposição de seu poder aquisitivo. Enquanto nossos capitais seriam engajados em "programas do governo", as empresas privadas se reservariam os investimentos lucrativos e de pouco risco. Veja página 6.

A Sorte Chegou!

Aqui estão os números resultantes dos últimos sorteios do MegaVida. Lá vão eles e boa sorte! Em 01/07 - 10984; 15/07 - 41276; 05/08 - 13047; 19/08 - 23912 Lembrem-se: os sorteios ocorrem, sempre, no primeiro e terceiro sábados de cada mês, pela Loteria Federal.

Quem Pode Responder?

Novas indagações nos chegam e nada de respostas. Não obstante, persistiremos nessa divulgação. Afinal, fica-nos a certeza de que muitos e muitos colegas delas tomarão conhecimento e um dia, quem sabe? Matéria na página 4.

Críticas e sugestões: R. Uruguaiana, 10/1705. Tel.: 2232-7561 e 2509-0347. E-mail aapbb@aapbb.org.br

Por que a Comissão de Empresa?

O BB auxiliava a CASSI. Depois, em dificuldades, convenceu-nos a assumi-la, aumentando em 200% nossas contribuições. Agora, afasta-nos de toda ingerência e entrega os destinos da Caixa a uma chamada Comissão de Empresa, integrada por sindicalistas. página 2.

Objetivo Comum

A troca de boletins ou informativos entre nossas coirmãs é fator decisivo para que se crie uma identidade de princípios capaz de nos levar a vãos mais altos. Asa Branca (AFABB-RN), Jornal AFABB-DF, AFABB-SP, AFABB-Tupã, O Despertar (AFABBES), AFABB-SC, AFA-BH, Informativo AAFBB-CE, AFABB-PA, AFABB-RS, AAFBB e AFABB-Joinville já trabalham nesse propósito e convidamos as demais integrantes da FAABB a, também, nos visitarem com seus textos.

Até Quando, Comissão de Empresa?

Alguns associados não entendem nosso agrado de divulgar iniciativas, convênios e benefícios prestados pela CASSI, quando, por outro lado, criticamos procedimentos, critérios e decisões de sua administração, mormente a central. Entendemos que fatos distintos merecem tratamentos diferentes. Informações, orientações e esclarecimentos são direitos dos associados, que deles carecem e temos obrigação de divulgar. Afinal, a CASSI também é nossa, dos aposentados e pensionistas, embora a Diretoria do

Banco do Brasil assim não pense, usurpando-nos o direito de opinar sobre o destino da Caixa, bem como de zelar pela instituição que juntos criamos e que, outrora bem conduzida, hoje vagueia entre déficits, vítima de erros estratégicos de suas administrações e da arrogância e indiferença do patrocinador. E o pior é que diretores do BB e sindicalistas, igualmente em cargos políticos transitórios, sentenciam que a Comissão de Empresa entende de CASSI, uma entidade permanente, ainda.

Atualize seu Endereço

Estudos realizados pela PREVI mostram que quase todas correspondências remetidas aos participantes chegam ao endereço correto. Levantamento, feito no período abr/jun-06, mostra que o nº. de correspondências devolvidas não chegou a 1% do total postado. Para evitar devoluções, no entanto, é fundamental manter a PREVI informada sobre alterações de endereço, o que garantirá circulação rápida e segura de dados relevantes. Para atualizar endereço, telefone para 0800-729-0505 ou acesse o site www.previ.com.br.

CARIM e o FGTS

O mutuário da CARIM acaba de receber nova oportunidade de liquidar sua dívida, através de convênio assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF) e que permitirá o uso do FGTS. O interessado obterá orientações nas agências da CEF e, como no convênio anterior, as prestações continuarão sendo cobradas até a liberação dos recursos na conta-corrente da PREVI, o que só acontece após apresentação, na CEF, da escritura registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente. Por último, a disponibilidade de recursos ocorrerá 90 dias corridos da assinatura do contrato.

Balcão do Associado

“Por se tratar de assunto de relevante e urgente interesse do funcionalismo do BB, ao tempo em que, solitário, clamor junto à CASSI contra descabida sugestão do Banco visando insólita modificação nas regras desse Plano Assistencial de Saúde – patrimônio privativo da classe – rogo a V.S^a., conhecendo e analisando o assunto, adotar tempestivo e providencial posicionamento em defesa dos interesses da classe orgulhosa da sua escrupulosa proteção”. Lauro Simas de Alencar, aposentado BB.

AAPBB – Lauro: promovemos, em 11/07 pp., encontro na AABBB-Rio reunindo as mais significativas associações de aposentados, ficando nítida a discordância de todos quanto à proposta do Banco. Em decorrência, encaminhamos carta ao Comitê de Empresa – órgão escolhido pelo BB para negociar a reforma estatutária da CASSI – com cópia para o Presidente do Banco, reivindicando a participação de representante dos aposentados nas negociações (ver matéria na página 4).

Aquisição de Medicamentos

Os integrantes do Plano Associado podem adquirir medicamentos de uso contínuo, em casos de doenças crônicas, degenerativas ou graves, através da CASSI. No Município do RJ, devem fazê-lo na Central de Medicamentos (Rua do Passeio, 62 – 8º andar), mediante apresentação de laudo médico e receita do medicamento a serem previamente analisados e autorizada a compra. Se medicamento controlado, é necessária a apresentação do receituário controlado. O beneficiário responderá por 30% do custo, cabendo à CASSI os 70% restantes.

Para os residentes fora do Município do RJ, o benefício deve ser obtido pelo Sistema de Livre Escolha, sendo os valores abonados de acordo com o Guia Farmacêutico Brasíndice, obedecido o limite mínimo de ressarcimento de R\$ 100,00 e os pedidos devem ser acompanhados do receituário médico (informações sobre dose, via de administração e tempo de uso) e nota fiscal de aquisição.

A validade das autorizações é de 1 (um) ano e sua prorrogação deve ser feita 30 (trinta) dias antes do vencimento.

Planos Família I e II

Comunicamos aos nossos associados que já se encontra à disposição, em nosso escritório, matéria elaborada pela CASSI em que são feitas comparações esclarecedoras entre os Planos Família - I e Família - II. Os interessados devem telefonar para 2232-7571, manifestando seu interesse, que atenderemos por via postal.

Encontro Nacional de Associações de Aposentados BB

Em 11 de julho passado, esta AAPBB promoveu no Rio de Janeiro um encontro de representantes de diversas associações de aposentados, para debater com a Presidente do Conselho Deliberativo da CASSI, Maria da Graça C. Machado Costa, a proposta apresentada pelo Banco do Brasil para Reformulação do Estatuto da CASSI.

Presenças

Estiveram presentes a Presidente da Federação de Associações de Aposentados, Isa Musa de Noronha; Noé Fernandes M. Neto, Presidente da AAFBB; Gilberto Santiago e Reinaldo Rocha, Vice-Presidentes da AAFBB; Maria de Guadalupe Ferrão, Vice-Presidente da AFABB-Barbacena (MG); Nelson Fernando Neitsch, Presidente da AFABB-Joinville (SC); Antonio Carlos Dias, Presidente da AFA (BH); João Pessoa da Costa Alves, 2º Secretário da AFABB (SP); Lourival S. Cavalcanti, Presidente da AAPBB (MS); Carlos Roberto Innig, representante do Grupo Veteranos do BB e Ruy Brito de O. Pedroza, representante da UNAMIBB. Compareceram também assessores e representantes da AAFBB em diversos estados, bem como a diretoria, assessores e associados da AAPBB; Denise Lopes Vianna e Rui Roosevelt, membros eleitos do Conselho Deliberativo da CASSI; Luiz Paulo Martin, Gerente Regional da CASSI; Márcia Cristina C.M. Pinheiro, Gerente de Saúde da CASSI; Celso de Medeiros Drummond, Vera Lúcia J.C. Almeida, Joaquim Gomes da Silva e Regina Marçal Seixas, membros do Conselho de Usuários da CASSI; Lygia Nunes G. Bastos, Gerente Estadual da Cooperforte; Paulo Moraes, assessor do Presidente da AABB-Lagoa, totalizando 48 participantes.

Mudanças no Estatuto da CASSI

A abertura dos trabalhos foi feita pelo Presidente da AAPBB, Francisco Carlos Farias Trigueiro, que agradeceu o apoio da AAFBB, da FAABB, da CASSI, do Conselho de Usuários e da AABB-Lagoa, convidando para Coordenador o colega Paulo Lima Ribeiro, Vice-Presidente de

Assuntos Assistenciais da AAPBB e, para Relator, João Gomes André, Vice-Presidente Administrativo da AAPBB. Paulo Lima deu boas-vindas aos presentes e agradeceu a presença de Graça Machado, Presidente do Conselho Deliberativo da CASSI, bem como de todos os demais e informou que o objetivo do Encontro era debater a proposta de Reformulação Estatutária da CASSI, apresentada pelo Banco do Brasil, em 22/5/06.

Contraproposta

Graça Machado ressaltou que, devido à importância atribuída ao evento, estavam presentes os três membros do Conselho Deliberativo da CASSI, recentemente eleitos. Esclareceu que tinha vindo ao Encontro para debater a proposta apresentada pelo BB para reforma do estatuto da CASSI, passando em seguida a fazer considerações pormenorizadas sobre cada item da proposta. Segundo ela, para aprovação de qualquer mudança, são necessários 2/3 de votos dos associados e só depois de passar pelo Conselho Deliberativo é que a proposta vai ser submetida ao Corpo Social. Explicou ainda que o Conselho Deliberativo está municiando de dados a Comissão de Empresa – órgão escolhido pelo Banco para negociar as mudanças – e que será elaborada uma contraproposta a ser submetida a todas as associações de aposentados. Entre os itens da proposta do Banco criticados por Graça Machado está a contribuição paritária entre associados e o Banco, de 3,75%, para os admitidos a partir de 1998. Criticou também a co-participação por parte dos associados nos exames de rotina, da ordem de 20%, considerada excessiva por ela.

Resoluções do Encontro

Concluída a exposição de Graça Machado, todos os representantes de associações tiveram oportunidade de se manifestar a respeito da proposta do Banco, firmando-se consenso em torno de dois pontos: 1) que é oportuna,

necessária e imprescindível a participação de representante dos aposentados na discussão do assunto, juntamente com a Comissão de Empresa; 2) que a proposta apresentada pelo Banco é inaceitável porque insuficiente, não só quanto à paridade e co-participação nos exames, como também quanto à cobrança dos atrasados, ou seja, o débito referente aos déficits anuais dos dependentes indiretos, bem como aqueles que tocam à diferença de contribuição patronal.

Como desdobramento do Encontro, a AAPBB endereçou carta ao presidente da Comissão de Empresa, Sr. Marcel Juviniانو de Barros, com cópia para o presidente do Banco do Brasil, Sr. Rossano Maranhão Pinto, informando-lhes das decisões consensuais a que ali chegaram os presentes e enfatizando a participação de representante dos aposentados nas negociações, no firme propósito de colaborar efetivamente na busca de um projeto de reestruturação estatutária da CASSI, que também ajudamos a construir.

Comitê Elos

O Comitê Elos da Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil, que trabalha há mais de treze anos no Rio de Janeiro, foi convidado a participar de vários eventos no mês em que se comemora o Dia do Voluntariado, 28 de agosto. O COEP (dias 5 e 6), a PREVI (dias 9, 10) e o GEPES (dias 28, 29, 30) deram ao Comitê a oportunidade de divulgar seus projetos que abrangem diversas áreas. E, também, colocar as possibilidades de ajudar, tanto para as pessoas que já descobriram as alegrias de ser um voluntário, como para aquelas que ainda não se lançaram nessa bela aventura. Os projetos incluem atividades educativas, culturais, manuais, de organização ou de simples participação para enriquecer com idéias os trabalhos propostos. Para saber mais é possível entrar em contato com o Comitê pelo telefone 3808-3720 ou pelo e-mail: comiteelos@comiteelos.org.br.

Não à Proposta de Reestruturação

Na certeza de traduzirem os anseios de todo o Corpo Social, aposentados e pensionistas, pelas lideranças presentes ao Encontro na AABBB-Rio, em 11/7/06, **DECIDIRAM NÃO CONCORDAR COM A PROPOSTA** apresentada pelo patrocinador e endereçar ao Banco do Brasil e à Comissão de Empresa expedientes em que solicitavam participação nas negociações a respeito dessa proposta. Foi o que fez a AAPBB.

A FAABB, por sua vez, oficiou ao Vice-Presidente do Banco, Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, demonstrando nosso interesse de poder "interferir produtivamente no andamento das negociações sobre CASSI, considerando não só o quanto contribuimos para a nossa Caixa de Assistência, mas também o quanto dela dependemos".

Negativa como Resposta

A resposta recebida pela FAABB do Vice-Presidente do Banco, no entanto, não parece institucional. É uma contundente negativa, nestes termos: *"Escolhermos qual grupamento minoritário representaria a vontade do funcionário do BB seria um ato profundamente autoritário. Por isso mesmo, por crermos na democracia e acreditarmos que esta é também a crença da importante entidade que V.S^a. dirige, fazemos todas as negociações com os representantes eleitos pela maioria do funcionalismo. Assim, o caso da CASSI está sendo tratado com a CONTRAF/CUT e CONTEC.*

Portanto, solicitamos que as demandas de sua entidade sejam discutidas com aquelas entidades que representam o funcionalismo e, por isso mesmo, são nossos interlocutores".

É o caso, pois, de se perguntar: haverá impedimento legal a que aposentados e pensionistas - que representam 44% da base de associados - possam ter presença na mesa de negociações para uma reforma estatutária na CASSI? Será que o novo Código Civil não dá força de representação ao Corpo Social em tal caso? Será que o pessoal da ativa votaria de acordo com a escolha do Banco, de mão única? Por acaso não seria o Corpo Social a dizer ao Ban-

co quem deveria representá-lo na defesa de seus interesses? A resposta do Banco não parece um "ato profundamente autoritário"?

Contraproposta

A contraproposta aprovada nesse Encontro Nacional foi no sentido de que o Banco primeiro regularizasse o que deve aos associados para, em seguida, fazer-se estudo atuarial que indicasse o padrão atual de sustentação dos custos da CASSI, incluindo fórmula para a recuperação de seu prestígio, bem como a divisão do custeio entre patrocinador e associados.

Se o grande problema da CASSI é seu equilíbrio financeiro, nenhuma proposta poderá ser aceita pelos associados se não oferecer, de saída, a solução imediata para o déficit operacional existente e para a colocação em dia dos pagamentos à rede credenciada, com atraso de até 90 dias. Isto provoca que médicos e hospitais especializados deixem nosso plano e os maiores prejudicados são os aposentados e pensionistas, necessitados de cuidados assistenciais mais complexos.

Voz para o Corpo Social

Antes de tudo, o Corpo Social quer que SEJAM SEUS NEGOCIADORES OS CONSELHEIROS ELEITOS DA PRÓPRIA CASSI, para isso consultando a base, seus associados, especialmente por meio de suas entidades representativas. Na verdade, o que está em jogo é a resolução de impasse nas relações entre credor e devedor, a causa do desequilíbrio. Pelo que se fala, o Banco não aceita OS CONSELHEIROS ELEITOS, como negociadores, porque considera que o problema deve ser resolvido entre os sindicalistas que o dirigem e aqueles da Comissão de Empresa. Como se fez na PREVI, em que perdemos tudo.

Aos colegas da ativa e aposentados: sua manifestação é da maior importância! Talvez desperte a vontade do Banco (Instituição) de rever seu tratamento para com os funcionários da ativa, os aposentados e as pensionistas.

Quem Pode Responder?

1) Qual a razão das instalações inadequadas e custosas da futura unidade da CASSI, em Niterói, se atentarmos para a difícil situação financeira em que vive a Caixa de Assistência? 2) Até quando a CASSI manterá em uso a Clínica do Andaraí, evidentemente mal localizada e oferecendo difícil acesso para os associados? 3) De que forma - depois de o fato ter se consumado - a PREVI vai receber a devolução dos R\$ 2,8 milhões que adiantou, indevidamente, à ex/nunca PREVIC? 4) Por que a PREVI não realiza a provisão total relativa à implantação da nova Tábua de Mortalidade, já de há muito proposta? 5) Quem de nós já leu algum relatório ou recebeu alguma informação sobre NOSSOS (EXCLUSIVAMENTE NOSSOS) recursos aplicados na CAPEC? 6) Por que não se fez provisão relativamente à cobrança de Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL), movida pela Receita Federal em 2002, no valor de R 2,7 bilhões? 7) De que representatividade se investe a Comissão de Empresa para negociar com o BB sobre a reestruturação estatutária da CASSI? 8) Quem são os integrantes dessa comissão e quem os escolheu? 9) Por que, nessa negociação sobre a CASSI, relegar os aposentados, de quem fomos criadores e somos seus principais mantenedores? 10) Como se explica o inchaço verificado no quadro funcional da CASSI, hoje com cerca de 3.000 empregados?

Prestação de Serviços

Orientação jurídica ou assistencial, de primeira hora, procure-nos:
2232-7561/e-mail
aapbb@aapbb.org.br

MegaVida

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEPE) realizou alterações na legislação sobre seguros, que serão divulgadas oportunamente.

Kioto

Das Palavras à Ação

João André

É triste, mas é verdade. Navegamos num mar de palavras que vêm e vão e nos sentimos muitas vezes como num barco à deriva. Podemos confiar em que nos prometem? É pra valer? Não temos certeza, ficamos inseguros, porque vemos que existe um grande hiato entre as palavras e a realidade, entre o que prometemos e o que cumprimos, não apenas no dia-a-dia das pessoas, mas em todos os campos de atividade. O que constatamos é que muitas vezes as pessoas falam por falar, sem nenhum compromisso com o que dizem. Conhecemos o exemplo dos políticos em época de eleição..

E por que essa mania de prometer e não cumprir, de falar e não agir? No que toca aos políticos, parece que eles se fiam na memória curta do povo,

que por outro lado não tem o hábito de cobrar dos eleitos o que eles prometeram. Mas o pior é que essa prática danosa já se espalhou para a convivência diária das pessoas em sociedade. É muito comum a gente ouvir frases como estas: “Depois eu te telefono”, “Pode deixar que eu vejo isso para você”, “Fica pronto depois de amanhã.” Em grande parte, são palavras lançadas ao vento, em que a pessoa que fala não leva a sério o que falou, como se vivêssemos em dois mundos, um das palavras e outro das ações.

Na verdade, esta maneira de proceder é mais uma dessas distorções das normas saudáveis do relacionamento entre as pessoas, que tanto atrapalham a vida de todos, porque conduz a uma situação em que a gente acaba descon-

fiando de todo mundo, não sabendo mais se acredita ou não se o que o outro está dizendo é mesmo para valer, ou se ele está falando apenas por falar.

Portanto, se você é dessas pessoas que procuram cumprir o que prometem, ou seja, se busca preservar sua palavra, parabéns, pois está contribuindo para que se restabeleça uma importante norma do convívio social de nossos antepassados, que se perdeu, em que a palavra valia tanto quanto uma declaração escrita e assinada. Em outros termos: com a sua conduta, você está colaborando para tornar mais amistoso e confiável o relacionamento entre as pessoas, que, afinal, é a questão básica de onde decorre a maioria dos problemas que temos que enfrentar nesta vida.

As PPPs Voltaram

A Revista PREVI nº. 115, de junho/06, já prepara o espírito dos associados. A manchete de capa é “Compromisso de Investimento com Responsabilidade Socioambiental”, ou seja, é outra maneira de se falar em PPP. E, no texto, dá-se notícia de que a PREVI assinou em Nova Iorque adesão a programa patrocinado pela ONU, chamado de “Princípios para o Investimento Responsável”, fundamentado na idéia de que “empresas que tenham boas práticas de respeito ao meio ambiente e que mantenham um elevado padrão de responsabilidade social... são empresas mais seguras, e que, ao longo do tempo, geram mais valor para seus acionistas...”

Novos Instrumentos

Analisemos outros preparativos para colocar em prática os projetos de PPP, que ainda não funcionaram porque a empresa privada não se sente atraída pelas atividades contempladas. Assim, já existe uma legislação, criada recentemente, favorecendo aplicações de longo prazo. O Governo, inclusive, destinou recursos em ações para o capital do Fundo Garantidor de seus

compromissos. Agora, surge mais um estímulo, previsto na Lei, que é o financiamento por instituições financeiras públicas ao setor privado de infra-estrutura (atenção: a PREVI está sendo vista nesse conceito). Trata-se do INFRABRASIL (Fundo de Investimento em Participações), com R\$ 620 milhões de capital, entrando a PREVI com R\$ 78 milhões. Como disse o Presidente da República, cria-se com isso a “oportunidade para saírem do papel os projetos de empresas nas áreas de energia, transporte, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento”. :

Fundos Especiais

Reconhecemos, no entanto, que o valor acima não oferece problema frente à limitação para o emprego de dinheiro em renda variável. E, como tem sido incluído em “fundos especiais”, talvez venha a ser mais uma forma de financiamento público ou fundo de renda fixa, caso em que aconteceria uma mera substituição de depósitos (não seria renda variável). A grande preocupação, no entanto, ficará com o que está por vir. É com o intenso engajamento, não muito transparente, da PREVI nesse

programa de Governo. Para tantos empreendimentos sem o empreendedor – já que a empresa privada só entra em investimento lucrativo e de pouco risco – haveria dinheiro suficiente para que os fundos de pensão se constituam nos investidores de proa? E nós, os pobres proprietários do patrimônio, vamos ficar inertes? Por acaso, estariam no plano das facilidades as alterações introduzidas no Estatuto da PREVI, sem debate com o Corpo Social, inclusive assegurando até 2010 o mandato de dirigentes que já estavam do lado do Governo?

Destinação Específica

Não sabemos se adianta dizer que os Administradores da PREVI são fiéis depositários de recursos de terceiros, que têm destinação específica e estão subordinados a compromissos, inclusive, com reposição de poder aquisitivo. Tais administradores têm a responsabilidade maior de obter rentabilidade nos negócios, proporcionando oportuna disponibilidade de recursos para honrar esses compromissos, o que exclui a oportunidade da escolha de aplicações baseadas, apenas, em critérios de interesse governamental.

POESIA

Hai-kais

Abel Pereira

(I)

Surpreendente hai-kai...
Engrandece-o a virtude
da Simplicidade.

(II)

Preso ao meu silêncio
consigo escutar as vozes
do próprio silêncio.

(III)

O primeiro canto
do galo alertou a noite:
- Amanhece. Prepara-te.

(IV)

A macia pétala
da flor não está sozinha:
espinhos protegem-na.

**Singela homenagem ao escritor
Abel Pereira, saudoso mestre de
hai-kais**

NOSSOS PROSADORES

Coronelismo

Carlos Trigueiro

O Coronel Justo Sacrossanto cansou-se durante a manhã recebendo, em Fortaleza, correlegionários interioranos, melhor dizer do litoral, da zona que vai de Parajuru a Ibicuitaba, passando por Aracati, Majorlândia e Quebra-Vento. Criticou com veemência o trabalho de seus mandatários políticos.

Apesar do sobrenome, de sacrossanto não tem nada, ao contrário, tem fama de diabólico, o que não é novidade em se tratando de coronel a toda prova, despótico, cruel, temido. De estatura mediana, barriga pronunciada, braços e mão enormes em proporção ao tronco. Apresenta um defeito congênito, um aleijão, não tem braço esquerdo ou, melhor, tem, mas é outro braço direito no lado esquerdo do corpo. Resumindo, tem dois braços direitos, porque o do lado esquerdo se apega ao ombro virado para fora, como se fosse, e é, outro braço direito. Não consegue bater palmas como todo mundo, porque a mão que seria a

(Trecho extraído de O Livro dos Desmandamentos)

esquerda é réplica da direita. Além do mais não é de aplaudir. Nem precisa.

Muitos tremem a sua frente num simples aperto de mão. Alguns chegam a molhar as calças quando repreendidos. Mais de uma dúzia já se borrou. O ar denuncia. Ainda bem que os jardins da casa são cobertos de romãzeiras. O coronel acredita que suas flores vermelhas espantam miséria, olho-grande, mau cheiro e peitica.

Antes de mandar a criadagem servir o almoço, mostra aos visitantes a direção dos banheiros de hóspedes e sugere que lavem as mãos e façam outros asseios. Ressabiados uns, atemorizados outros, não percebem o mármore de Carrara, as toalhas inglesas e os vidros de água-de-colônia francesa que dão a tônica dos recintos. Depois do asseio, aqueles que se borraram salpicam água-de-colônia pelo corpo. Se as gotas são insuficientes para lavar a honra, ao menos ajudam a embotar suas vergonhas.

PREVI

Pecúlio sem Burocracia

O pagamento de pecúlio, na CAPEC, é feito sem burocracia. Basta o beneficiário preencher e assinar requerimento, disponível no site PREVI, seção Downloads, Formulários, Pecúlios. A assinatura deve ser abonada em agência do BB (identificação do abonador e o carimbo da agência) ou em cartório. O requerimento será enviado com cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do beneficiário, da certidão de óbito (em caso de morte) ou da carta de concessão do benefício

fornecida pelo INSS (em caso de invalidez). Assim que a PREVI recebe o comunicado da ocorrência, é suspensa a cobrança de contribuições. Na CAPEC, os beneficiários sempre recebem 100% da importância segurada. Essa regra vale para todos os pecúlios, inclusive os de invalidez. No mercado, várias planas pagam apenas um percentual, de acordo com o tipo de invalidez. Em alguns, só os eventos por acidente são indenizados, mesmo assim se o segurado não tiver sido o responsável pelo acidente. No caso do

Falecimentos

Com pesar, comunicamos ao quadro social o falecimento dos associados **Heraldo Quintella Vianna, Oscar Raphael Castro e Silva de Vicenzi, Charles Rochedo Bezerra, Mauro Mauro Ribeiro, Felipe Cachoeira, Erimar Peluso e Manoel Arteiro Silveira Vidal**. Aos familiares, apresentamos nossas condolências.

cônjuge, a CAPEC também paga integralmente o valor contratado, enquanto planos concorrentes pagam 50% do que couber ao titular.

EXPEDIENTE

Diretoria

Presidente:
Francisco Carlos Farias Trigueiro
Vice-Presidente Administrativo:
João Gomes André
Vice-Presidente Adjunto:
Viriato Marques Diniz Neto
Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais:
Paulo Lima Ribeiro
Vice Presidente Adjunto:
Celso de Medeiros Drummond

Vice-Presidente de Assuntos Previdenciários:
José Adrião de Sousa
Vice-Presidente Adjunto:
José Carlos Brandão Neto
Departamentos
Seguros/Financeiro:
Diretor – Milton Carlos Ribeiro
Comunicações:
Diretor – Rubem de Cassia Venancio
Conselho Fiscal:
Membros Efetivos:
José Gomes de Mello, Luiz Gonzaga Burza e Marco Aurélio Machado da Silva

Membros Suplentes:
Alcides Lustosa Prazeres, Jorge Moura e Shiroshi Yoshiyasu
Informativo
Coordenação: Rubem de Cassia Venancio
Projeto gráfico/edição/fotolito/impressão: LL divulgação Editora Cultural Ltda
Redatores: Francisco Carlos Farias Trigueiro, Raymundo Gonçalves da Motta, José Adrião de Sousa, João Gomes André, Paulo Lima Ribeiro, Celso de Medeiros Drummond, Milton Carlos Ribeiro, José Correia Ribeiro, Aldo Bastos Alfano, Augusto Poggio da Silva, Marco Aurélio Machado da Silva e Walter Mendonça.